

O VALE ENCANTADO DO SÃO FRANCISCO: DESENVOLVIMENTISMO E SINDICALISMO RURAL (1990 - 2008)

José Fernando SOUTO JUNIOR¹

RESUMO: Este trabalho propõe analisar os resultados parciais da pesquisa sobre a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, (1990-2008). O objetivo é entender a dinâmica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, seu papel e sua relação com os poderes locais e os seus associados; a ação unificada entre os sindicatos rurais que constroem a Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores Rurais do Vale do São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco, e o chamado Pólo sindical, que agrega sindicatos pernambucanos e mantém uma em atuação comum.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo rural. Pólo sindical. Fruticultura.

A *Revista Veja*, com data de 1º de setembro de 2010, trouxe uma matéria ilustrativa sobre o Vale do São Francisco. Em caixa alta o título da matéria chama atenção pelo tom religioso e salvacionista: *O milagre do São Francisco* (COUTINHO, 2010). A reportagem começa assim: “[...] **no sertão nordestino, a aridez sempre rivalizou com o sonho de fazer da caatinga um enorme e salvador pomar – e, assim, tirar seus habitantes da pobreza.**” (COUTINHO, 2010, p.101, grifo nosso). Pelo início da matéria percebe-se que o milagre parece ter acontecido. Surpreendentemente, os créditos não foram para o santo, mas para a ditadura: “[...] **nos anos 60, o Vale do São Francisco ganhou atenção dos militares, que vislumbraram a região como um centro de energia e produção de alimentos.**” (COUTINHO, 2010, p.101, grifo nosso). Ainda segundo a revista, cultiva-se na região “**1 milhão de toneladas de frutas, com safras avaliadas em 1,3 bilhão de dólares**” (COUTINHO, 2010, p.101, grifo nosso). O produto interno bruto da cidade de Petrolina, chega a 1,9 bilhão de dólares, o crescimento econômico anual supera a média nacional com 4,7% e a renda per capita anual é de R\$ 7.200,00. O milagre aconteceu. O Vale é encantado.

Como resultado de pesquisa realizada com apoio financeiro da FACEPE sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina², que está localizada no submédio do São Francisco, compreendendo as sub-bacias dos rios Pajeú e Moxotó, em Pernambuco, e as dos

¹UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina – PE – Brasil. 56304-205 - fsoutojr@hotmail.com

² O projeto aprovado foi um APQ pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco – FACEPE, que tem como título: “Análise da ação sindical e do modelo de gestão sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (1990-2008).”

rios Tourão e Vargem, na Bahia, entre outras. O objetivo desse trabalho é tentar refletir sobre o desenvolvimento do movimento sindical e das lutas dos trabalhadores rurais do Vale do São Francisco, que nos anos 1990 organizaram o movimento sindical e negociaram, desde 1994, uma convenção coletiva para os sindicatos da região. Tal estudo é ilustrativo de uma perspectiva diferente com relação às ideias que exaltam o desenvolvimento de Juazeiro e Petrolina.

A literatura sobre o vale do São Francisco

Parte da literatura sobre a região tem se ocupado em analisar a região numa ótica otimista e dão destaque à sua dinâmica econômica, em comparação com outras áreas do Nordeste e mesmo do país. Estudos ressaltam o desenvolvimento regional e enfatizam o a fruticultura irrigada. No vale do São Francisco surge uma mística que tem como ênfase o desenvolvimento acima da média nacional, construindo a imagem da região como um oásis. Um estudo aponta que nas últimas quatro décadas aconteceu, no Nordeste brasileiro, importantes mudanças tanto no plano econômico quanto no social, particularmente no Semi-Árido. Apesar do bom desempenho da economia regional em relação à economia nacional, o mesmo não se verificou com o setor primário, que recuou de cerca de 30% do produto para menos de 10%, isto, mesmo com o surgimento das empresas de agricultura irrigada e de produção de grãos nos cerrados. Mas o vale do São Francisco continuou uma exceção, isto por causa das políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola (TONNEAU, 2003).

O vale é uma das regiões agrícolas mais dinâmicas do país. Os estudos retratam a convergência dos fatores climáticos e também do papel do Estado como promotor desse desenvolvimento. Segundo Silva (2009, p.80), os investimentos captaneados pelo Estado para a construção de grandes projetos de irrigação nos anos 1970, associados aos incentivos fiscais e financeiros de agências governamentais como SUDENE e BNB. Deve-se levar em consideração o papel ativo de outros órgãos do Estado como CODEVASF e CHESF como elementos propulsores do desenvolvimento e que tornou essa região um pólo atrativo de imigrantes (RIBEIRO, 2002; ARAÚJO, 1990; ARAÚJO NETO; LIMA, 2000).

Cavalcanti (1997, p.79, grifo nosso) ressalta: “[...] **desde o fim dos anos 80 o Vale do São Francisco passou a se distinguir por sua produção e pelos vínculos que estabelece com o mercado global.**” Percebe-se um aumento na oferta de empregos, principalmente

durante os anos 1990, impulsionada pelos produtos destinados à exportação. Para Silva (2009, p.84, grifo nosso), a exportação de frutas se consolida em 1997 e a manga e a uva passam a contribuir “**com mais de 90% do volume de exportações do país**”.

Cavalcanti (2003, p.05) afirma que a modernização da região garantiu “[...] às empresas privadas um lugar privilegiado na condução da transformação dos espaços locais e no estabelecimento de elos com novas cadeias agroalimentares.” A vantagem do Vale como região de atração para a produção encontra-se também nas condições do clima do Semi-Árido:

Dentre as diferentes regiões produtoras de uva no Brasil (Sudeste, Sul e Nordeste), o semi-árido nordestino tem vantagens comparativas em decorrência das condições de luminosidade, umidade e disponibilidade de água, que possibilitam direcionar a produção para qualquer época do ano e ocupar assim, janelas de mercado. Estratégias usadas por diferentes tipos de produtores têm conferido vantagens competitivas, colocando a região no rol dos principais centros produtivos e garantindo a superação das divisões sazonais, **o que normalmente implica em usos mais permanentes de mão-de-obra.** (CAVALCANTI, 2003, p.05, grifo nosso).

Constitui fato que a presença do Estado como promotor do desenvolvimento e a existência do Semi-Árido como clima favorável aos projetos de irrigação deram o suporte necessário para, depois de constituída a infra-estrutura necessária, o surgimento de uma iniciativa capitalista com pretensões ao comércio exterior. Esse cenário veio a ser a fonte de inúmeros estudos sobre a emergência de um capitalismo dinâmico em pleno interior do sertão nordestino.

Aceitando esse pressuposto em quase todos os estudos encontrados aqui, a região é reconhecidamente palco do desenvolvimento regional e um pólo de atração de investimentos, vários estudos trataram do assunto sob diferentes óticas. Pelo menos três perspectivas podem ser percebidas:

- a) Aqueles estudos que têm seu foco voltado para a dinâmica das empresas e avaliam o desenvolvimento da região como um *locus* privilegiado de oportunidades de negócios, entre as suas ênfases está a busca de estratégias singulares adotadas pelo empresariado para atuar na região (OLIVEIRA, 2007; SOUZA; BRITO; DANTAS NETO; SOARES; NASCIMENTO, 2001; LIMA; MIRANDA, 2001).
- b) Outra perspectiva analisa a dinâmica de atuação dos diversos atores políticos e o desenvolvimento da fruticultura irrigada, esta procura compreender o sentido das ações e sugerir correções apontando os equívocos

das estratégias dos diversos atores (CORREIA; ARAÚJO; CAVALCANTI, 2001; SILVA, 2001, 2009; MARINOZZI; CORREIA, 1999).

c) Por fim, aqueles estudos que procuram compreender a dinâmica desse desenvolvimento e seus efeitos contraditórios revelados nas relações de trabalho e pelas organizações dos trabalhadores (CORDEIRO NETO; ALVES, 2009; IULIANELLI, 2000; RIBEIRO, 2002; OLIVEIRA, 1998; CAVALCANTI, 1997, 2003; CAVALCANTI; PIRES, 2009; ARAÚJO, 1990; ARAÚJO; NETO; LIMA, 2000; RODRIGUES, 2009).

A opção desse projeto é pela terceira perspectiva, pela importância do quantitativo de mão-de-obra na região e também por seus aspectos qualitativos, tendo em vista que essa classe trabalhadora não parece desfrutar das benesses desse oásis. Cavalcanti (1997, p.85-86) apontou que na segunda metade dos anos 1990 não havia dados objetivos ou mesmo confiáveis para o tamanho da força de trabalho ocupada na fruticultura. Utilizando os números de relatórios oficiais constatou haver variações. Seu palpite foi de que os números apresentados em relatórios fossem inferiores ao número real. Para Petrolina e Juazeiro, por exemplo, sua estimativa era de que existissem de 20 a 30 mil trabalhadores. Já para o setor de serviços, os relatórios da CODEVASF para o ano de 1996 indicavam que o número de empregos indiretos tenderia a ser maior. A imprecisão dos números, segundo a autora, devia-se a dois fatores: “às formas precárias de recrutamento e remuneração da mão-de-obra” e, em segundo lugar, a sazonalidade na contratação de mão-de-obra em certas fases da produção e colheita. Estes fatores contribuiriam diretamente para a formalidade ou não dos contratos de trabalho e para a discrepância entre os trabalhadores permanentes e os temporários.

Voltando ao texto de Cavalcanti (1997), as características do trabalho permitem uma idéia mais objetiva das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, e desta perspectiva poderemos vislumbrar e questionar as condições para a ação coletiva por parte dos sindicatos:

- O trabalho é praticado em regime de assalariamento permanente ou temporário.
- O pagamento pode ser mensal, quinzenal ou por diária.
- No caso de alguns pequenos produtores em geral não são formalizadas as obrigações trabalhistas.
- A instituição de Programas de Qualidade Total nos lotes teve por consequência: 1) melhoria das condições de produção, com especial atenção às

práticas ambientais e relações no trabalho e 2) redução da mão de obra empregada.

- O nível de qualificação e especialização dos trabalhadores clandestinos e registrados não difere.
- Por fim, no Vale do São Francisco algumas mobilizações políticas garantiram conquistas salariais e melhoria das condições e nas relações no trabalho.

Mesmo com as diferenças entre trabalho formal e informal, Cordeiro Neto e Alves (2009, p.351), utilizando-se da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, afirmam que o número de empregos formais no ano 2000 em Juazeiro e Petrolina, chegava aos 42.869. Citando o número de pessoas ocupadas pelo censo agropecuário de 1985 chega-se a um total de 55.115 pessoas ocupadas. No censo de 1995-96 esse número chega 62.244 (TARGINO; MOREIRA; FIGUEIREDO, 2004, p.133 apud CORDEIRO NETO; ALVES, 2009, p.347).

Tabela 1- Distribuição do número de empregos formais por setor de atividade econômica nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE – 1990-2000

Setores de atividade	Juazeiro – BA						Petrolina – PE					
	1990	%	1995	%	2000	%	1990	%	1995	%	2000	%
Extr. Mineral	9	0,00	133	0,78	9	0,05	0	0,00	9	0,05	31	0,13
Ind. Transf.	2.812	22,08	3.886	22,77	3.461	18,22	2.172	16,59	1.836	9,77	2.070	8,67
Serv. Ind. Up	725	5,69	365	2,14	2,12	402	207	1,58	207	1,10	14	0,06
Constr. Civil	473	3,71	220	1,29	628	3,31	296	2,26	854	4,55	1.372	5,75
Comércio	1.911	15,00	1.699	0,78	3.248	17,11	2.898	22,13	4.004	21,32	4.894	20,49
Serviços	4.587	36,01	5.381	31,53	5.068	26,69	3.713	28,36	4.618	24,59	6.194	25,94
Adm Pública	219	1,72	2.102	12,32	2.522	13,28	1.799	13,74	3.569	19,00	3.621	15,16
Agropecuária	1.131	8,88	2.809	16,46	3.652	19,23	927	7,08	3.230	17,20	5.683	23,80
Outr./Ign	870	6,83	473	2,77	0	0,00	1.081	8,26	456	2,43	0	0,00
Total	12.737	100,00	17.068	1,00	18.990	100,00	13.093	100,00	18.783	100,00	23.879	100,00

Fonte: (RAIS/TEM apud CORDEIRO NETO; ALVES, 2009, p.347).

Os autores, com reserva, afirmam que esses dados não dão conta do trabalho rural não agrícola. O que deixa de fora um número considerável de trabalhadores na zona rural. No que diz respeito à tabela 1, a agropecuária tem um crescimento superior aos demais setores nos anos 1990, o que demonstra a importância do setor na região. Para os autores,

Se bem que nos cinco anos compreendidos entre 1995 e 2000, as atividades agropecuárias tenham apresentado crescimento no nível de emprego inferior à construção civil, nos primeiros cinco anos da década de 1990, o setor se destacou com o maior nível de expansão do número de empregados (CORDEIRO NETO; ALVES 2009, p.352).

Os efeitos do desenvolvimento agrícola têm transformado a região em um pólo de serviços, mais que um pólo agropecuário. Consta-se que o crescimento de diversos setores são indicativos de transformações urbanas.

Contudo, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, não aparecem significativas contribuições da agricultura irrigada, já que nos municípios nos quais ela ocorre esse indicador subiu de 0,274 em 1970 para 0,687 em 2000, um acréscimo muito assemelhado ao que se manifestou nas demais áreas, de 0,259 para 0,644 (CORDEIRO NETO; ALVES, 2009, p.346).

O sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolina

Fundado em 27 de julho de 1963, o STR Petrolina tem sua história associada ao avanço da organização dos trabalhadores rurais no campo e aos esforços da Igreja Católica para organizar o movimento. Tal fato não é distinto do que vários autores têm destacado da história do sindicalismo rural estabelecendo uma relação direta entre a organização e a expansão do sindicalismo rural e a Igreja Católica, mesmo com suas divisões internas com relação ao próprio movimento, mas como um agente importante nesse processo (FAVARETO, 2006; NOVAES, 1991; MEDEIROS, 1988; MEDEIROS, SORIANO, 1983; COSTA; MARINHO, 2008). No caso de Petrolina, o Padre Mansueto de Lavour foi uma personalidade de destaque no apoio direto ao movimento.

Segundo Novaes (1991), a especificidade do sindicalismo rural brasileiro está no fato de que várias categorias estão sob o guarda chuvas do termo rural. Assalariados, pequenos proprietários rurais, posseiros, pescadores, sem terra etc. estão no mesmo sindicato. O resultado de tamanha diversidade seria uma complexa teia de interesses que dificultaria a construção da unidade dos trabalhadores rurais. A autora destaca o papel importante que a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) teve na construção da unidade entre os rurais e a diversidade de movimentos que surgem com o advento do novo sindicalismo. O mesmo tema foi trabalhado por Favareto (2006).

Costa e Marinho (2008), analisam a construção institucional do moderno sindicalismo rural brasileiro analisando diversas portarias e leis que trataram do assunto em sucessivos governos. Para os autores, o resultado foi um modelo de sindicalismo que se desenvolveu como resultado dos embates entre comunistas, trabalhistas e católicos. Além dos interesses do

governo, antes e depois do golpe. Em contextos históricos específicos a combinação desses fatores limitaram ou ajudaram a expansão dos sindicatos rurais. O destaque desse processo foi o que os autores denominaram de “*herança de uma história desagregada e episódica*” (COSTA; MARINHO, 2008, p.125) que teve seu ponto alto na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O STR de Petrolina é produto dessa diversidade de categorias, assalariados, ribeirinho, pequenos agricultores, assentados, pescadores etc. Destaca-se por absorver grande parte dessa diversidade, mas tem sua maior força entre os assalariados. O movimento sindical estima em 20 000 trabalhadores rurais na sua base e são esses trabalhadores que fazem greve, lutam por melhores salários, condições de trabalho e transporte etc.

Com essa diversidade o sindicato procura estimular movimentos de mulheres, aposentados e jovens. Boa parte da aposentadoria dos trabalhadores rurais passa pelo STR Petrolina. É o sindicato que cuida de organizar os documentos necessários para que os trabalhadores rurais possam se aposentar. Documentos revelam a pressão do sindicato junto às autoridades e políticos da região responsabilizando a chefia local do INSS por problemas causados aos trabalhadores.

No caso das mulheres, o STR Petrolina comemora ter 50% das direções sindicais formadas por mulheres. Por estímulo da FETAPE os sindicatos da região desenvolvem atividades relacionadas aos direitos das mulheres. Ações como estas estão garantidas na convenção de trabalho, como exemplo o abono de faltas quando as mulheres forem tratar de problemas de saúde.

No caso da juventude, existe uma diretoria específica para tratar dos jovens, pois consideram importante o envolvimento dos jovens no movimento sindical, sejam filhos de associados, sejam jovens membros do sindicato. As atividades com os jovens têm um caráter educativo, ou mesmo moral, no sentido de lhes oferecer uma formação sobre a luta dos trabalhadores, envolvendo-os no cotidiano sindical, quanto se pensa numa formação moral no sentido de impedir que estes caiam no caminho das drogas.

Ação sindical no Vale do São Francisco

Vários sindicatos da região formaram um pólo sindical com o objetivo de organizar a luta contra os desmandos da CHESF por conta dos ribeirinhos retirados por conta da criação

de barragens para as hidroelétricas. A Igreja foi o principal elemento entre para organização e apoio nesse processo na década de 80 (IULIANELLI, 2000; RIBEIRO, 2002; ARAÚJO, 1990; ARAÚJO, NETO; LIMA, 2000).

No ano de 1994 que apareceram os primeiros registros de greve no Vale, especificamente em Santa Maria da Boa Vista e Petrolina. Em Matéria publicada pelo Jornal do Commercio com o título: “No sertão a história é outra”, a imprensa destacou o papel ativo do movimento sindical, inversamente proporcional ao descanso dos patrões.

As negociações dos trabalhadores rurais de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, iniciadas ontem, já estão sendo consideradas um fato histórico no Vale do São Francisco. Pela primeira vez, os trabalhadores organizaram-se para dar início a uma campanha salarial na região, apresentando, inclusive, uma pauta de reivindicações contendo 67 itens a serem analisados pelos patrões. Estes foram pegos de surpresa, pois a classe, apesar de existirem os sindicatos patronais, continuam desorganizada³.

Para o Diário de Pernambuco,

Por nunca terem enfrentado um dissídio coletivo, os empresários rurais do Vale do São Francisco não estão organizados, em seus sindicatos, o que dificultou as primeiras negociações. Enquanto os sindicatos de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista possuem cerca de 15 000 filiados, o sindicato patronal, em Petrolina, tem apenas 400 associados e o de Santa Maria, 350⁴.

A desorganização patronal, e é possível especular que a cultura dos proprietários rurais de não serem abertos às negociações, intensificou a publicidade ao movimento. A dificuldade para as negociações foi tamanha que teve a participação direta do Delegado Regional do Trabalho no estado de Pernambuco, Amaro Gantóis. Em outubro do mesmo ano foi a vez do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, cidade localizada entre os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, de realizar a primeira greve de 24 horas para conseguir negociar com os patrões⁵.

A ação em conjunto dos sindicatos rurais tem sido uma política defendida e estimulada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE, ligada à CONTAG. Assim, o estado de Pernambuco foi dividido em áreas geográficas e nelas são desenvolvidas ações conjuntas entre os sindicatos rurais localizados nas respectivas micro regiões.

³ NO SERTÃO a história é outra. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 de janeiro de 1994.

⁴ EMPRESÁRIOS e agricultores não chegam a um acordo em Petrolina. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 de janeiro de 1994.

⁵ AGRICULTORES voltam a negociar. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 de outubro de 1994.

Os dados coletados até o momento no STR de Petrolina revelam que essa experiência foi importante para a construção da unidade em torno da preparação da primeira Convenção Coletiva dos Trabalhadores rurais do Vale do São Francisco, que data de 1994 e foi realizada pelos STRs de Petrolina e de Santa Maria da Boa Vista⁶. Não demorou muito para perceberem que muitas empresas produziam em várias cidades do Vale. A iniciativa foi agir conjuntamente, inclusive com os sindicatos localizados na Bahia. A experiência acumulada pelo pólo foi transpassada para fora das suas bases territoriais, dirigindo-se para as cidades da Bahia, construindo a unidade em torno das convenções coletivas entre os sindicatos de Pernambuco e Bahia.

Atualmente cerca de dez sindicatos participam da campanha salarial unificada entre os estados da Bahia e Pernambuco⁷, perfazendo um total de cerca de 20 000 trabalhadores rurais, segundo informações do STR de Petrolina.

As convenções coletivas de trabalho

Segundo Rodrigues (2009), um dos pontos destacados em seu trabalho, é que as convenções têm como suas principais cláusulas, na verdade, direitos já existentes, mas que não são cumpridos. As convenções teriam o sentido de por meio da mobilização e assinatura dos acordos, fazer cumprir a própria lei.

O processo de negociação costuma ser tenso. Assumem a frente das negociações os advogados da FETAPE, FETAG e dos sindicatos patronais. São os mediadores desse processo. A questão salarial tem sido o ponto de destaque e o que, de forma mais intensa, mobiliza as bases. É a grande quantidade de assalariados na região que trouxe força aos sindicatos, foram com as greves, no geral bastante reprimidas pela polícia, que conseguiram sentar com os patrões para negociar.

Segundo as lideranças sindicais do STR de Petrolina, a primeira convenção coletiva de trabalho deles foi a primeira do setor de frutas do Brasil, eles a chamaram de “salada de

⁶ Convenção Coletiva de Trabalho. Trabalhadores Rurais: Petrolina-PE e Santa Maria da Boa Vista-PE. Fevereiro de 1996.

⁷ Participam da construção e negociação da convenção coletiva, os seguintes sindicatos de trabalhadores rurais (STRs): Petrolina – PE, Santa Maria da Boa Vista – PE, Belém do São Francisco – PE, Lagoa Grande – PE, Cabrobó – PE, Juazeiro – BA, Casa Nova – BA, Sento Sé – BA, Sobradinho – BA, Curaça – BA e Abaré – BA. Também estão as negociações: Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE, que assume um papel de protagonista; a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG e a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

frutas”. Nas primeiras convenções os principais ganhos salariais eram em torno de 10% acima do salário mínimo. Mas ao longo do tempo os sindicalistas perderam essa margem de ganho e na convenção coletiva de 2009 o sindicato barganhou R\$ 11,00 reais acima do mínimo, e não levou.

Por outro lado, as convenções tem significado um avanço para os trabalhadores rurais. A partir delas e das mobilizações, passaram a garantir transporte em ônibus para as fazendas, antes era em cima de caminhões e sem proteções, os críticos atuais do movimento chamam atenção para as condições dos ônibus; têm conseguido a duras penas que os trabalhadores não tenham descontados dos seus salários os dias que por ventura faltem ao trabalho para tratar de doença, aposentadoria etc, todos os casos previstos em lei; também continuam lutando por maior segurança na utilização de agrotóxicos. Alguns estudos apontam (BEDOR, 2008 e 2007) a região do Vale do São Francisco como uma das regiões com grande incidência de câncer, apesar de não haver provas que possam estabelecer relação direta, alguns pesquisadores sugerem isso; apesar de constar nas convenções coletivas, os sindicalistas se colocam contrários a aplicação do banco de horas.

SÃO FRANCISCO ENCHANTED VALLEY: DEVELOPMENTALISM AND RURAL UNIONISM (1990-2008)

ABSTRACT: *This paper analyzes partial results of a research about the action of the Union of Rural Workers from Petrolina, Pernambuco, Brazil, between 1990 and 2008. Its aim is to understand the dynamics of the union; its role and its relationship with local political actors and constituents; the unified action of unions which produce the Labor Collective Agreement of the rural workers in the São Francisco Valley in the states of Bahia and Pernambuco; and the so-called Union Pole, in which unions from Pernambuco work together in a unified political action.*

KEYWORDS: *Rural unionism. Union pole. Fruit production.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. C. de. **Na margem do lago:** um estudo do sindicalismo rural. Recife: Editora Massangana, 1990.

ARAÚJO, M. L. C. de; NETO, M. de C.; LIMA, A. E. V. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** impactos sociais da barragem de Itaparica. Recife: Editora Massangana, 2000.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.29, p.79-93, 1997.

_____. **Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CAVALCANTI, J. S. B.; PIRES, L. L. e S. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. da.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. p.115-138.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.324-361, jul./dez, 2009.

CORREIA; R. C.; ARAÚJO, J. L. P.; CAVALCANTI, E. B. **A fruticultura como vetor de desenvolvimento**: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Petrolina: [s.n.], 2001. Mimeo.

COSTA, L. F. de C.; MARINHO, R. J. de A. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ, 2008. p.122-149.

COUTINHO, L. O milagre do São Francisco. **Veja**, São Paulo, ano 43, n.35, p.101, 01 set. 2010.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21. n.62, p.27-44, 2006.

IULIANELLI, J. A. S. O gosto bom do bode: juventude, sindicalismo, reassentamento e narcotráfico no Submédio. In: IULIANELLI, J. A. S.; RIBEIRO, A. M. M. (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: KOINONIA/DP&A, 2000. p.198-227.

LIMA, J. P. R.; MIRANDA, É. A. de A. Fruticultura irrigada no Vale do São Francisco: incorporação tecnológica, competitividade e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v 32, n. esp., p.611-632, nov. 2001.

MARINOZZI, G.; CORREIA, R. C. Dinâmicas da agricultura irrigada do Pólo Juazeiro – BA/ Petrolina – PE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER. CD-ROM.

MEDEIROS, L. S. de. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. **Temas Rurais**, Recife, v.1, n.1, p.163-169, jul./dez, 1988.

MEDEIROS, L. S. de.; SORIANO, J. C. **Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a CONTAG**. São Paulo: SBPC, 1983.

NOVAES, R. R. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: ARMANDO B. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 75-97.

OLIVEIRA, B. R. B. de. **Análise do processo de formação de estratégias internacionais da fruticultura brasileira: o caso do Grupo Fruitfort**. 2007. 212f. Tese (Mestrado em Administração) – Faculdade, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, L. M. S. R. de. **Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino**. Salvador: Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, 1998.

RIBEIRO, A. M. M. Sindicalismo, barragens e narcotráfico. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. p.205-220.

RODRIGUES, V. de O. **Globalização da agricultura e mudança no mundo do trabalho: os trabalhadores rurais do Vale do São Francisco**. 2009. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, P. C. G. da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. da; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. p.69-95.

_____. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas**. 2001. 245f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, G. H. F. de; BRITO, R. A. L.; DANTAS NETO, J. D. N.; SOARES, J. M.; NASCIMENTO, T. N. Desempenho do distrito de irrigação senador Nilo Coelho. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v.5. n.2, p.204-209, 2001.

TONNEAU, J. P.; SILVA, P. C. G. da; CARTAXO, W. V.; MENEZES, E. A.; GAVIRIA, L. **Desenvolvimento territorial e convivência com o semi-árido brasileiro: experiências de**

aprendizagem: relatório final. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO, 2003, Petrolina. **Experiência de aprendizagem...** Petrolina: Embrapa Semi-Árido; FAO; CIRAD, 2003. 1 CD-ROM.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MALAGODI, E. O sindicato rural e seus parceiros: : notas sobre um processo de mudança. In: WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH Unicamp, 2004. p.161-171.

MEDEIROS, L. S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.65-72, abr./jun, 1997.

_____. Desafios do sindicalismo rural nos anos 90. **Debate** (CESE), Bahia, ano 4, n.3, p.69-79, maio 1994.

_____. **CONTAG: um balanço.** Botucatu: [s.n.], 1980.